



## O CAU, a Sociedade e as Políticas Públicas.

Cláudia Teresa Pereira Pires

Conselheira Federal do CAU/BR por Minas Gerais

Jefferson Salazar

Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA)

Membro do Colegiado Permanente com a Participação das Entidades dos Arquitetos e Urbanistas (CEAU)

Sem sequer ter completado seu terceiro ano de instalação, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil se propôs o desafio de realizar a I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo.

A Conferência tem como foco construir um canal de diálogo direto entre o CAU/BR, os arquitetos e urbanistas e a Sociedade em geral. O desafio principal é debater a função social da Arquitetura e do Urbanismo e seu reflexo no desenvolvimento das cidades e no bem estar da população. Para alcançar este objetivo, além dos profissionais e das entidades de arquitetos e urbanistas, é tarefa estratégica ampliar a parceria com outros setores da sociedade.

Neste sentido, a I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo aponta para a necessária articulação com entidades de classe de trabalhadores e patronais (associações, sindicatos, conselhos), entidades do movimento popular, ongs, órgãos de gestão governamental, associações de gestores públicos, instituições de ensino e de pesquisa, entidades de defesa do consumidor e da sociedade, dentre outros. Queremos discutir uma agenda conjunta, simultaneamente técnica e inclusiva, pertinente ao nosso tempo, aberta ao diálogo, que conduza ao traçado para os próximos anos, de um conjunto vigoroso de diretrizes e metas para a nossa profissão que seja também qualificadora para a Sociedade .

Os temas a partir dos quais a I Conferência será estruturada são:

01. O CAU, a Sociedade e as Políticas Públicas
02. Formação, Exercício e Compromisso Social, e
03. Ética Profissional e Cidadania.

A Arquitetura e o Urbanismo são essenciais à qualidade de vida nas cidades. Desde os princípios do século XX, discutimos exaustivamente o fenômeno urbano e os espaços públicos, onde de fato os interesses coletivos predominam sobre os demais.

No Brasil, a partir da década de 50, a inversão entre o crescimento campo-cidade, motivado pela inserção brasileira no capitalismo industrial, alterou a realidade dos nossos centros urbanos e acirrou os conflitos existentes.

A luta pela terra, pelo direito de morar, circular, pelas riquezas produzidas nas cidades, são parte da agenda no qual o Arquiteto urbanista deve estar inserido sob pena de prejuízos bilaterais. De um lado, perde a profissão quando não é reconhecida como disciplina capaz de trazer ao espaço urbano as soluções de seus principais conflitos contemporâneos e, por outro, as cidades brasileiras, espaço da desigualdade e dos contrastes. O que impacta negativamente na vida de toda a Sociedade, se pensarmos que, sem os benefícios da aplicação do conhecimento afeto à profissão, o lugar onde vivemos sofre com a perda de qualidade e com a incorreta alocação dos investimentos públicos.

É vital destacar a importância do papel do Estado, como indutor da qualificação da Arquitetura e do Urbanismo produzidos simultaneamente pelo setor público e pelo setor privado.

No campo das políticas públicas, nos últimos 10 anos foram registradas, é bem verdade, algumas conquistas, tais como a aprovação do Estatuto das Cidades, que obriga os municípios com mais de 20 mil habitantes a terem Plano Diretor; a criação do Ministério e a estruturação de uma política Nacional de Cidades calcada nos eixos do saneamento, planejamento urbano e mobilidade e da habitação; e a Lei de Assistência Técnica para a construção, reforma ou ampliação da habitação dos brasileiros com renda familiar de até três salários-mínimos. Mesmo assim, o conjunto é frágil. Falta incluir os profissionais de Arquitetura e Urbanismo na ponta da prática cotidiana desta política.

O Brasil possuía, em agosto de 2013, segundo dados do CAU/BR, 106.038 arquitetos e urbanistas registrados, o que nos dá 0,55 arquitetos e urbanistas por mil habitantes, índice menor que Espanha (0,89), Argentina (1,05), Itália (1,83) e Portugal (1,96) embora bem próximo dos indicadores de Venezuela (0,45), Chile (0,52) e Holanda (0,55). Além da carência dos profissionais, há uma distribuição desigual: 20 estados possuem número abaixo da média nacional.

Hoje, centenas de Prefeituras do País não contam com arquitetos em seus quadros. Órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas da União, também não possuem profissionais em número suficiente para exercer de forma eficaz sua missão. O setor público, responsável pelo desenvolvimento e principal articulador das políticas públicas, em especial no planejamento das cidades, deve conscientizar-se da importância desses profissionais em órgãos públicos federais, estaduais e municipais, produzindo e/ou analisando planos, projetos e obras de arquitetura e urbanismo nas áreas de educação, saúde, conservação urbanística, transportes, preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, habitação popular, disciplinamento do uso do solo, entre outros.

Há muito o que se fazer. A nova composição social resultante de políticas afirmativas de vários governos vem diluído, cada vez mais, os conceitos de periferia e centro urbano. Uma nova “classe média” vai ganhando força, ampliando consistentemente o consumo. O mesmo vigor não se vê, contudo, na melhoria da infraestrutura e dos equipamentos urbanos. Na esteira disso, assistimos às movimentações populares por melhores condições de mobilidade, habitação, serviços de saúde e educação.

No setor habitacional, em particular, vemos a quase institucionalização da informalidade da produção das edificações, em especial da construção de moradias, que não deve ser combatida apenas por meio de fiscalização e autos de infração. O mais adequado e urgente é o esclarecimento aos cidadãos, através de comunicação social, acerca dos escopos dos serviços prestados pela Arquitetura e Urbanismo em programas públicos. Serviços que garantem o direito fundamental e preventivo não somente da qualidade da habitação e solidez da edificação, mas também como medidas profiláticas de proteção ao meio ambiente e à própria saúde dos usuários destas edificações.

Por outro lado, o setor privado abriga uma grande quantidade de profissionais em escritórios de arquitetura e urbanismo, empresas de projetos e obras de edificações e de urbanização, que desenvolvem projetos e planos urbanísticos de habitação, transportes, resíduos sólidos, planos de manejo ambientais e de preservação cultural, com poucos canais de divulgação de seus serviços fora as revistas segmentadas. Os críticos especializados são poucos e quase não têm espaço na mídia geral.

Nesse cenário, o escopo maior da Conferência deve ser o desenvolvimento de parcerias estratégicas, que levem ao debate e à superação das contradições entre a necessidade e a importância da Arquitetura e Urbanismo no plano da retórica e de sua

efetiva promoção, como ferramenta para o alcance efetivo da sustentabilidade social e ambiental das cidades.

Longe de se pregar o corporativismo de uma categoria especializada na matéria, o que buscamos é resgatar a capacidade de planejamento do Estado brasileiro, em favor da Sociedade, e possibilitar a essa uma compreensão mais profunda da importância de planos e projetos na organização das cidades, do espaço construído e de seus reflexos positivos para a qualidade de vida dos cidadãos.

Em síntese, a I Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo deve incentivar a aliança de entidades profissionais de arquitetos e urbanistas com organizações sociais que defendam a qualidade de vida na cidade, a preservação do patrimônio, a proteção de comunidades submetidas a remoção forçada e violenta, a manutenção e preservação de espaços públicos de uso coletivo, de forma a garantir a estas organizações suporte técnico-científico da categoria e, desta forma, ampliar o conhecimento das potencialidades e importância da Arquitetura e Urbanismo no cotidiano do espaço construído.

Mais objetivamente, o CAU/BR acredita na força do diálogo com diferentes atores sociais para aproximar ideias e compromissos, trocar experiências, debater a importância dos serviços de Arquitetura e Urbanismo, elaborar avaliações de conjuntura e propostas estratégicas para políticas públicas, visando disseminar a relevância destes serviços para a Sociedade em geral e especificamente, para as administrações municipais, estaduais e federais.